

- XLV -

## **ACCOUNTABILITY EDUCACIONAL: LEITURA A PARTIR DE UM RELATÓRIO DA UNESCO\***

**Michele Luciane Blind de Moraes** – Unoesc/Brasil  
[micheleblind10@yahoo.com.br](mailto:micheleblind10@yahoo.com.br)

**Aline Bettiolo dos Santos** – Unoesc/Brasil  
[a.bettiolo.santos@unoesc.edu.br](mailto:a.bettiolo.santos@unoesc.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 1990 acentuou-se a prédica humanitária em favor da ideia de combate à pobreza e necessidade de universalizar a educação como fundamentos para uma sociedade mais justa. Segundo aludem Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 428), “[...] percebe-se uma guinada do viés explicitamente economicista para uma face mais humanitária na política educacional, sugerida pela crescente ênfase nos conceitos de justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança”.

Difundiu-se desse período em diante, um discurso com aura<sup>38</sup> positiva visando a disfarçar acordos entre burguesia e Organismos Multilaterais (OM), como a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO). Consoante Faleiros (2009), a ideologia da humanização dos serviços públicos se manifesta na preocupação com direitos humanos, valorização da pessoa, igualdade de oportunidades, melhoria da qualidade de vida e ainda, com pagamento da dívida social. Assim, fala-se em cidade humana, hospital humano e atendimento humano, entretanto, a linguagem humanizante oculta uma realidade desumanizadora.

---

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>38</sup> Referimo-nos à aura em seu sentido figurado, quando o uso de palavras tem o fito de despertar diferentes sensações, mas que escondem interesses antagônicos.

Considerando a crescente tendência gerencial da década de 1990, bem como a asserção de Evangelista (2007, p. 2), de que os documentos “[...] expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais”, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente as intensões de OM, notadamente a UNESCO e seu *Relatório de monitoramento da educação 2017/8* (UNESCO, 2017), captando elementos de *accountability*<sup>39</sup>.

Nosso percurso metodológico envolve exame documental, no sentido de apreendermos aspectos de aparência e de essência do fenômeno, isto é, *accountability* no campo das políticas educacionais. Com base em Kosik (2002), entendemos que as primeiras manifestações dizem respeito à aparência, embora para nos aproximarmos da essência seja necessário um *détour*, afim de captarmos elementos dessa dimensão. Isso tem a ver com uma postura dialética, aliás, nas palavras de Marx (2008, p. 1080), “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]”. Portanto, compreendemos que à produção de conhecimento acerca do fenômeno investigado implica levarmos em conta o que se esconde nas entrelinhas e que não está identificado na sua aparência em primeiro momento.

### **QUAL ACCOUNTABILITY PARA A UNESCO?**

O tema da *accountability* foi introduzido no Brasil em meados dos anos de 1990, em consonância com a reforma do Estado, também decorrente de reconfigurações do capitalismo no cenário mundial. Seu ingresso na conjuntura das políticas educacionais articula-se à descentralização do poder estatal, visando aproximação da sociedade civil nas ações governamentais. No entanto, se por um lado a ideia de descentralizar poder fez parte do contexto dos anos 1980, de redemocratização do país numa perspectiva de socializar o poder, por outro lado, a década de 1990 no Brasil é marcada pelo avanço neoliberal, que se caracteriza pela busca de eficiência e eficácia. Na esteira da lógica gerencial, depreendemos que a descentralização contém aparência democrática, mas em essência, tende a eximir o papel do Estado nos setores sociais, abrindo mais espaço ao mercado.

Foi pela combinação entre essas perspectivas que a expressão *accountability* espalhou-se no Brasil, não apenas na literatura da administração pública e da ciência política, mas

---

<sup>39</sup> O trabalho resulta das discussões realizadas na disciplina Seminário de Dissertação, ministrada pela professora Olinda Evangelista, no primeiro semestre de 2018, na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

também, nas políticas públicas para a educação. Esse movimento teve seu início como parte do discurso político-ideológico, cuja ênfase recaiu sobre qualidade dos serviços públicos. Em termos do documento analisado, a expressão *accountability* foi identificada tanto por responsabilização, quanto por prestação de contas<sup>40</sup>.

Segundo nota de tradução no *Relatório...*, *accountability* é entendida como “[...] processo que abrange as seguintes dimensões: responsabilidades claramente definidas; obrigação de fornecer explicações de como as responsabilidades foram cumpridas; e justificativas legais, políticas, sociais ou morais dessa obrigação de prestar contas” (UNESCO, 2017, p. 8). O discurso, entretanto, omite uma responsabilização que perversamente recai sobre professor e escola, tornando possível situarmos esse aspecto como constituinte da essência do fenômeno.

Não parece estar em causa a responsabilização do Estado, mas a tendência é que ela seja transferida à sociedade, às escolas e professores, sob argumento de parcerias entre público-privado, de compartilhar responsabilidades. Importa lembrar, de acordo com Evangelista (2007, p. 10), que os documentos são mentirosos e “o que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está”. Assim, se na aparência do discurso documental consta a ideia de responsabilização, questionamos a quem ela se refere, na essência, e quais as intenções da Unesco acerca do tema.

Outro elemento associado à *accountability* é avaliação da aprendizagem com base em resultados, o que sinaliza enfoque na lógica de mercado. Nessa acepção, está indicado no *Relatório...* que “o desempenho dos estudantes é cada vez mais vinculado a sanções e a recompensas, e serve como base para avaliar o desempenho dos professores e a qualidade da escola” (UNESCO, 2017, p. 10). O que poderia sugerir crítica, no primeiro momento, ao se ressaltar desempenho, sanções e recompensas, de fato está mais próximo da ideia de avaliar alunos, com vistas a avaliar também a *performance* docente.

Isso nos leva a questionar as intenções dos OM, como no caso da Unesco, pois a aura positiva empregada no discurso do documento, notada em termos como responsabilidade, prestação de contas, múltiplos atores e qualidade, pode ser estratégia de convencimento acerca de uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho,

---

<sup>40</sup> Por conceito de *accountability* adotamos as definições de Afonso (2012): interação entre avaliação, prestação de contas e responsabilização.

acompanhada por uma lógica de responsabilização, avaliação e prestação de contas funcional aos interesses da classe dominante.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Examinado o documento, conforme objetivo anunciado, consideramos que o discurso da Unesco aparentemente indicia preocupação com os rumos educacionais em nível global. No entanto, esta preocupação não é desinteressada, o que nos projeta à essência do discurso. Nesse sentido, importa seguirmos questionando a quem se refere: os compromissos, a prestação de contas e a responsabilização enfocadas por esse OM?

Sem perdermos de vista o reforço à perspectiva gerencial a partir da década de 1990 no Brasil, disfarçada por apelo humanitário ou de inovação, é possível situarmos o discurso do *Relatório...* nessa perspectiva, em que avaliação, prestação de contas e responsabilização corroboram interesses capitalistas, e são operadas de acordo com a constante busca por eficiência e eficácia, o que coaduna com as premissas de Marx, de que aparência não coincide com a essência.

### **REFERÊNCIAS**

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: *INDAGAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO*, Caxambu. Reunião Anual da ANPEd, out. 2007.

FALEIROS, V. P. *A política social do estado capitalista*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. *O Capital* – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

UNESCO. *Relatório de monitoramento global – Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos*. Disponível em  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259593por.pdf>> Acesso em:  
10/08/2018.